



Diário Oficial do LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA

Segunda-feira • 16 de agosto de 2021 • Ano XII • Edição Nº 783

SUMÁRIO



QR CODE

CÂMARA MUNICIPAL	2
LICITAÇÕES E CONTRATOS	2
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)	2
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)	4
RESULTADO DE JULGAMENTO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)	14

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

CONFIABILIDADE

PONTUALIDADE

CREDIBILIDADE



IMPRENSA
OFICIAL
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS



GESTOR: FRANCISCO DE ASSIS LIMA DAMASCENO

<http://cmsantoantoniodejesusba.imprensaoficial.org/>

ÓRGÃO/SETOR: CÂMARA MUNICIPAL

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 51/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

OBJETO: Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de informática para atender a necessidades da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, através do Sistema de Registro de Preços, conforme detalhamento disposto no Edital integral e seus anexos.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS** acatando o resultado apresentado pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, referente ao Processo Administrativo em epígrafe correspondente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021**, não havendo, óbice de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, **HOMOLOGA** o resultado da presente licitação e ratifica a **ADJUDICAÇÃO**, realizado pelo Pregoeiro na forma a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
01	Computador; com processador Core i7 de décima geração ou superior de 2.9 GHZ , 16MB LGA 1200, Fonte atx 500x80 Plus PFC ATIVO, placa Mae com chipset B460M –memoria 8GB DDR4 com frequência de 3200Mhz e dissipador de calor , placa Vídeo com chipset 1650 4GB DDR6 128BITS, Water Cooler High, Gabinete Gamer, Sistema Operacional proprietário modelo profissional .	01	7.930,00	7.930,00
02	Câmara Robotica USB com saída de Vídeo HDMI e ZOOM De 10X saídas HDMI e USB.2.0 em 1080 p 30 simultâneas; Controle via RS-232 ou USB (controle 1,5m incluído); Zoom 10x óptico	02	6.000,00	12.000,00
03	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 15 metros	01	88,00	88,00
04	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 20 metros	01	160,00	160,00
05	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 30 metros	01	187,00	187,00
06	Mesa de Som 302 USB	01	1.350,00	1.350,00
07	Nobreak 1.5 Kva Bivolts	01	1.690,00	1.690,00
08	Notebook – com processador Core i3 de décima geração ou superior, memoria de 4GB DDR4 , SSD de 256GB , tela 15,6" Full HD LED	04	4.490,00	17.960,00
09	Multifuncional Laser- Impressora, Copiadora e Scanner, 20 ppm, 1200x1200dpi, 10.000 páginas ciclo, 128 mb	03	1.700,00	5.100,00
VALOR TOTAL : R\$ 46.465,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)				
ADJUDICATÁRIO: BRUNO DOS SANTOS MARTINS 01998432521- CNPJ: 22.928.165/0001-60				



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

Endereço-1º A Travessa Augusto Vieira, s/n, , Centro, São Miguel das Matas/Ba, CEP 44.580-000

Fica convocado o adjudicatário desta Licitação, a comparecer na Sala de Licitação da Câmara Municipal, para assinar o(s) Ata de Registro de Preços e Contrato(s), no prazo de **03 (três) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520/02 e art. 81 da Lei nº 8.666/93.

Santo Antônio de Jesus, 11 de agosto de 2021.

FRANCISCO DE ASSIS LIMA DAMASCENO

Presidente Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

VALIDADE: 12 (doze) meses

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA**¹, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.252.234/0001-78, com sede administrativa situado na Rua Manoel José Paixão Araújo, nº 58, Centro, Santo Antônio de Jesus, Estado Bahia, por seu Presidente **FRANCISCO DE ASSIS LIMA DAMASCENO**, inscrito no CPF nº 596.966.215-15 e RG nº 05684102-70 SSP/BA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123, 14/12/2006, Lei Municipal nº 1.065 de 04/11/2010, Decreto Municipal nº 102, de 08/04/2009, Decreto Municipal nº 207, de 23/07/2009, Decreto Municipal nº 198, de 11/04/2017, Decreto Municipal nº 199, de 11/04/2017 e alterações posteriores de toda a legislação referida, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 010/2021, RESOLVEM registrar os preços ofertados pelo Licitante **BRUNO DOS SANTOS MARTINIS 01998432521** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.928.165/0001-60, com sede na 1º A Travessa Augusto Vieira, s/n, , Centro, São Miguel das Matas/Ba, CEP 44.580-000, neste ato representado, pelo Sr. Bruno dos Santos Martins, portador da Cédula de Identidade nº 1119964652. SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 019.984.325-21, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto desta Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de informática para atender a necessidades da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos.

1.2. Os itens abaixo especificados foram adjudicados, no valor total de R\$ 46.465,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), ao Licitante **BRUNO DOS SANTOS MARTINIS 01998432521** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.928.165/0001-60, com sede na 1º A Travessa Augusto Vieira, s/n, Centro, São Miguel das Matas/Ba, CEP 44.580-000, neste ato representado, pelo Sr. Bruno dos Santos Martins, portador da Cédula de Identidade nº 1119964652. SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 019.984.325-21.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
01	Computador; com processador Core i7 de décima geração ou superior de 2.9 GHZ , 16MB LGA 1200,	01	7.930,00	



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

	Fonte atx 500x80 Plus PFC ATIVO, placa Mae com chipset B460M –memoria 8GB DDR4 com frequência de 3200Mhz e dissipador de calor , placa Vídeo com chipset 1650 4GB DDR6 128BITS, Water Cooler High, Gabinete Gamer, Sistema Operacional proprietário modelo profissional .			7.930,00
02	Câmara Robotica USB com saída de Vídeo HDMI e ZOOM De 10X saídas HDMI e USB2.0 em 1080 p 30 simultâneas; Controle via RS-232 ou USB (controle 1,5m incluído); Zoom 10x óptico	02	6.000,00	12.000,00
03	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 15 metros	01	88,00	88,00
04	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 20 metros	01	160,00	160,00
05	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 30 metros	01	187,00	187,00
06	Mesa de Som 302 USB	01	1.350,00	1.350,00
07	Nobreak 1.5 Kva Bivolts	01	1.690,00	1.690,00
08	Notebook – com processador Core i3 de décima geração ou superior, memoria de 4GB DDR4 , SSD de 256GB , tela 15,6" Full HD LED	04	4.490,00	17.960,00
09	Multifuncional Laser- Impressora, Copiadora e Scanner, 20 ppm, 1200x1200dpi, 10.000 páginas ciclo, 128 mb	03	1.700,00	5.100,00
VALOR TOTAL : R\$ 46.465,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Os preços ofertados pelos Licitantes signatários da presente Ata de Registro de Preços, são os constantes na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 010/2021.

2.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço e prazo, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 010/2021 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

2.3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 010/2021, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, a(s) qual(is) também a integram.

2.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a solicitar o fornecimento relacionados na Cláusula Primeira, exclusivamente, pelo Pregão Presencial, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos Licitantes vencedores, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao vencedor, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante a anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 102, de 08/04/2009, Decreto Municipal nº 207, de 23/07/2009, Decreto Municipal nº 198, de 11/04/2017, Decreto Municipal nº 199, de 11/04/2017 e alterações posteriores de toda a legislação referida.

3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis Licitantes e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta Cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. Fica estabelecido que o quantitativo decorrente das adesões a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à presente Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

3.5.1. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar o fornecimento ou contratação solicitada, observado o prazo de vigência desta Ata.

3.6. Caberá ao Licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento deverá estar disponibilizado ao Contratante a partir do da assinatura do Contrato.

4.1.1. O fornecimento dos equipamentos e materiais deverá ocorrer em até **15 (quinze) dias úteis para equipamentos de informática e 05 (cinco) dias úteis para suprimentos e materiais de consumo de informática**, contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento.



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

.1. O Licitante Detentor da Ata deverá garantir o fornecimento, sem gerar quaisquer ônus adicionais para a Câmara Municipal, por um período de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data do atesto na Nota Fiscal/Fatura, obedecidas as exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 010/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado após fornecimento, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, referente aos produtos, devidamente atestado quanto o cumprimento da obrigação do objeto da licitação.

6.2. O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), Certidão Negativa de Inadimplência Trabalhista (CNDT) e Certidão Negativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- b) atestação de conformidade do fornecimento do(s) produto(s);
- c) cumprimento das obrigações assumidas;
- d) manutenção de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

6.4. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

6.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

6.6. A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento pela CONTRATADA.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6.8. Para execução do pagamento de que trata o subitem 6.1 desta Cláusula, o Licitante detentor da Ata deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da Câmara Municipal, no CNPJ nº 13.863.519/0001-45, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

6.9. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido ao Licitante Detentor da Ata e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus ao Município.

6.10. Não será efetuado qualquer pagamento ao Licitante Detentor da Ata enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.11. O pagamento de que trata o subitem 6.1 desta Cláusula estará condicionado à comprovação da regularidade do Licitante Detentor da Ata por meio de consulta "online" ou por meio de certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.

6.12. O Licitante Detentor da Ata ficará sujeito à suspensão do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, no caso de descumprimento do parágrafo 5º desta Cláusula, até que seja sanada a pendência, mediante apresentação do documento comprobatório da regularidade do registro verificado.

6.13. É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço total, bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

7.1. O Licitante Detentor da Ata é obrigado a fornecer todos os produtos solicitados durante a vigência desta Ata, mesmo que o fornecimento dos mesmos esteja prevista para data posterior a seu vencimento.

7.2. Se a qualidade do produto não corresponder às especificações exigidas no Edital e seus anexos que precederam a presente Ata, serão adotados os procedimentos previstos na Cláusula Décima.



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

7.3. Os bens deverão ser entregues em até **15 (quinze) dias úteis para equipamentos de informática e 05 (cinco) dias úteis para suprimentos e materiais de consumo de informática** contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento, não devendo ultrapassar este período. Tal prazo é estabelecido pelo solicitante e o não cumprimento dos mesmos sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

8.1. Cumprir fielmente as demais obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 010/2021 e seus anexos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. As obrigações da Câmara Municipal estão estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 010/2021 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal, a Licitante que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente a Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e na Ata de Registro de Preços.

10.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

10.2.2. Multa:

I - Moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da Ata de Registro de Preços.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de **até 02 (dois) anos**. (Acórdão 2242/2013-Plenário, TC 019.276/2013-3 de 21/08/2013);



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação:

10.5. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.6. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.7. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e demais alterações vigentes.

10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da Proporcionalidade.

10.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

10.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no site oficial do Município.

10.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.14. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

10.15. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

10.16. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.17. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

11.1. Durante a vigência da presente Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no Decreto Municipal.

11.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento, devidamente comprovado, cabendo ao MUNICÍPIO, por meio do Servidor designado gestor da Ata, promover as necessárias negociações junto às empresas vencedoras.

11.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata deverá:

- a) convocar a empresa vencedora visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, a empresa vencedora será liberada do compromisso assumido;
- c) convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa vencedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o gestor da Ata poderá:

- a) liberar a empresa vencedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação; e,
- c) não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata procederá à revogação da mesma e a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os itens a serem fornecidos, objetos desta Ata de Registro de Preços, serão acompanhados por Servidor designado pela Câmara Municipal.

12.2. Atendendo ao quanto disposto na Lei Federal de nº 12.486/2013, fica designado a Servidora Teresa Cristina Andrade Peixoto, CPF nº 129.546.675-91, matrícula nº 018, lotada na Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, para o fim específico de acompanhar o fornecimento dos itens, do objeto da presente Ata de Registro de Preços, de modo que o referido servidor, deverá emitir relatórios mensais, informando sobre o andamento da Ata de Registro de Preços, que deverão ser encaminhados para o setor de compras a partir do primeiro mês de iniciado o fornecimento dos itens adquiridos.

12.3. O Licitante detentor da Ata é responsável pelo fornecimento dos itens, do objeto desta ata.

12.4. O fornecimento pelo Licitante detentor da Ata, deverá ser devidamente acompanhado da Nota Fiscal/Fatura de acordo com as demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 010/2021.



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O Licitante Detentor da Ata terá o seu Registro de Preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico:

13.1.1. A pedido do Licitante Detentor da Ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da presente Ata;

II - comprovar a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da Ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado; ou,

III - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

13.1.2. Por iniciativa do Município, por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas, assegurado o contraditório e ampla defesa, bem assim quando o Licitante Detentor da Ata:

I - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

II - não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

III - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

IV - não comparecer ou se recusar a fornecer os itens decorrentes da Ata de Registro de Preço;

V - incorrer em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes, ou

VI - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

13.2. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, será feita por intermédio de correspondência, mediante recibo, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.3. A solicitação do Licitante Detentor da Ata para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, facultada ao MUNICÍPIO a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

14.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, mediante a emissão da respectiva Nota de Empenho, de acordo com o disposto no Edital do Pregão Presencial nº 010/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

15.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 010/2021 e a proposta do Licitante que apresentou os menores preços na etapa de lances.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio de Jesus/BA, para dirimir toda e qualquer questão decorrente desta Ata de Registro de Preços, da licitação e da Nota de Empenho, renunciando as partes envolvidas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santo Antônio de Jesus /BA, 11 de agosto de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

FRANCISCO DE ASSIS LIMA DAMASCENO – Presidente

CONTRATANTE

BRUNO DOS SANTOS MARTINS 01998432521

CNPJ sob o nº 22.928.165/0001-60)

Bruno dos Santos Martins

CPF sob o nº 019.984.325-21

CONTRATADA

Testemunhas:

1.....CPF nº

2..... CPF nº.....

RESULTADO DE JULGAMENTO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021)



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 51/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

O Pregoeiro da Câmara de Santo Antônio de Jesus /BA torna público que no dia 11/08/2021, conforme registro em ata publicada no Link Licitações na Página Oficial da Câmara Municipal (www.camarasaj.ba.gov.br), foi realizada Licitação na modalidade Pregão objetivando a Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de informática para atender a necessidades da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, através do Sistema de Registro de Preços, e teve o seguinte resultado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
01	Computador; com processador Core i7 de décima geração ou superior de 2.9 GHZ , 16MB LGA 1200, Fonte atx 500x80 Plus PFC ATIVO, placa Mae com chipset B460M –memoria 8GB DDR4 com frequência de 3200Mhz e dissipador de calor , placa Vídeo com chipset 1650 4GB DDR6 128BITS, Water Cooler High, Gabinete Gamer, Sistema Operacional proprietário modelo profissional .	01	7.930,00	7.930,00
02	Câmara Robotica USB com saída de Vídeo HDMI e ZOOM De 10X saídas HDMI e USB2.0 em 1080 p 30 simultâneas; Controle via RS-232 ou USB (controle 1,5m incluído); Zoom 10x óptico	02	6.000,00	12.000,00
03	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 15 metros	01	88,00	88,00
04	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 20 metros	01	160,00	160,00
05	Cabo Extensor Usb 2.0 para Webcam Full HD Blindado 30 metros	01	187,00	187,00
06	Mesa de Som 302 USB	01	1.350,00	1.350,00
07	Nobreak 1.5 Kva Bivolts	01	1.690,00	1.690,00
08	Notebook – com processador Core i3 de décima geração ou superior, memoria de 4GB DDR4 , SSD de 256GB , tela 15,6" Full HD LED	04	4.490,00	17.960,00
09	Multifuncional Laser- Impressora, Copiadora e Scanner, 20 ppm, 1200x1200dpi, 10.000 páginas ciclo, 128 mb	03	1.700,00	5.100,00
VALOR TOTAL : R\$ 46.465,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)				
ADJUDICATÁRIO: BRUNO DOS SANTOS MARTINS 01998432521- CNPJ: 22.928.165/0001-60				



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de
Jesus
Estado da Bahia

Endereço-1º A Travessa Augusto Vieira, s/n, , Centro, São Miguel das Matas/Ba, CEP 44.580-000

O Objeto do Item foi adjudicado ao vencedor em Sessão.

Santo Antônio de Jesus, 11 de agosto de 2021.

Raugh Araújo Neri
Pregoeiro